



# Câmara Municipal de Pizassununga

Estado de São Paulo

Of. \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO 26/65

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, seja consignado na ata dos trabalhos da presente - sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Odon Carlos de Figueiredo Ferraz, progenitor de Sua Excelência Dr. Manoel de Figueiredo - Ferraz, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, ocorrido dia 28 do corrente em São Paulo.

Seja dessa deliberação dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, 30 de março de 1965.

  
Nelson Marquizeili

**APROVADO**

Proridencie-se a respeito

Sala das Sessões, 30 de 3 de 65

  
PRESIDENTE

# Manifesto

## propõe

## Movimento

## Nacional

RIO, 13 (FOLHA) — Com mais de duas centenas de assinaturas, entre elas as dos srs. † Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Cândido de Oliveira Neto, Paulo Duarte, Anísio Teixeira, José Honorio Rodrigues, Fernando de Azevedo, Barbosa Lima Sobrinho, Mario Mazzei Guimarães, Florestan Fernandes, Roberto Lira, Antonio Callado, Edgar da Mata Machado, Otto Maria Carpeaux, João Cruz Costa, Cicero Sandroni, Carlos Heitor Cony, Helio de Almeida, Jaime Tiomno, João Carlos Alvim Correa, Luiz Alberto Barreto Leite, Mario Martins, Mario Pedrosa, Oscar Niemeyer, Sergio Buarque de Holanda, João Carlos Meireles, Marcio Moreira Alves, Hermano Alves, Mauricio Roberto, Newton Carlos e Roberto Alvim Correa, está circulando pela cidade um manifesto lançando o Movimento Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, reclamando eleições, retorno das garantias democraticas e suspensão dos IPMs.

«Enquanto não se restabelecer a legalidade democratica, dentro do principio da independencia e da harmonia dos poderes com o respeito às decisões dos tribunais e dos juizes, a soberania dos orgãos legislativos e a integridade de cada pessoa e cada familia, o Brasil não conseguirá fixar os seus objetivos e lançar-se à sua conquista, com a coragem e a paciencia que os grandes problemas do país estão a exigir.

«Não pode a nação viver em clima de intolerancia e de opressão, perdendo a clara visão das suas responsabilidades presentes e das suas responsabilidades futuras.

«Conclamamos o povo e todas as forças politicas para a plena restauração do regime federativo, das liberdades democraticas e dos direitos individuais, tais como expressos na Constituição da Republica e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

«Esperando que todos os brasileiros, de todos os setores sociais e de todos os pontos do país, trabalhem nesse sentido, encaramos como imperativos da hora atual:

— A garantia irrestrita dos direitos de opinião, associação, reunião e propaganda;

— A reintegração, na plenitude dos seus direitos civis e politicos, de todos os cidadãos, sem restrições nem discriminações;

— A cessação dos inquiri-

— A libertação dos presos políticos;

✱ — A realização das eleições municipais, estaduais e federais em 1965 e 1966;

— A proscrição de todas as manobras prorrogacionistas ou intervencionistas;

✱ A suspensão das intervenções nos sindicatos de trabalhadores e nas associações e diretorios de estudantes;

— O respeito à liberdade de cátedra e à autonomia universitária.

“Condenamos todas as tentativas de restrições aos direitos individuais e de suspensão das liberdades públicas: delação, a violência e a tortura; o obscurantismo, o terror cultural e toda sorte de discriminações políticas, culturais, religiosas, ideológicas e raciais.

✱ Rejeitamos as decisões de política econômica e financeira que — com o sacrifício do povo pelo aumento do custo de vida e pela compressão salarial — se baseiem na alienação da riqueza nacional, alterem o estatuto das empresas de propriedade estatal ou acarretem o enfraquecimento das entidades de economia mista; e as que, a pretexto de estímulo aos investimentos estrangeiros, causem prejuízo à iniciativa privada tipicamente nacional. ✱

«E denunciaremos como contrárias aos legítimos interesses nacionais todas as medidas que estão levando à progressiva transferência para o exterior dos centros de decisão sobre a economia, as finanças, o planejamento e a política internacional do Brasil.

«Desta maneira, na busca de soluções democráticas para a grave crise política nacional, resolvemos lançar o Movimento Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, dirigindo esta conclamação a todos os brasileiros, para que dêem a sua adesão, individual ou coletiva, aos seguintes objetivos de reintegração do país no imperio da lei, na ordem democrática e na plena vigência da Constituição Federal de 1946:

- ✱ 1. A defesa intransigente dos direitos e garantias individuais e políticas;
- ✱ 2. A luta pela realização das eleições de 1965 e 1966 como condição necessária à redemocratização do país;
3. A convocação de uma Conferência Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, com vistas à fixação dos objetivos brasileiros, em termos de respeito à soberania nacional e às características peculiaridades de nossa formação cultural, para a garantia de que caberá ao Brasil e ao seu povo governarem-se sem tutelas internas ou externas.»